

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17166 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 15 - Psicologia da Educação

PESQUISAR TERRITÓRIOS NA INTERFACE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UM ITINERÁRIO PARTICIPATIVO

Allan Henrique Gomes - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Alicia Alves - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Letícia de Andrade - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESC

PESQUISAR TERRITÓRIOS NA INTERFACE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UM ITINERÁRIO PARTICIPATIVO

RESUMO: Este trabalho discute os resultados de um projeto de pesquisa em Educação e Psicologia. Reflete inicialmente acerca dos modos de pesquisar no território, especialmente a partir das metodologias participativas. Compreende-se que esta forma de pesquisa está comprometida com o conhecimento da realidade e com a transformação social. Em seguida, o texto apresenta alguns resultados das pesquisas realizadas na cidade de Araquari/SC, especificamente no bairro Itinga, território escolhido para a realização dos estudos do projeto de pesquisa integrado. Metodologicamente, a pesquisa contou com a construção de relações com o território, a partir de diversas estratégias: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas, observações. Os resultados apontam para a desigualdade presente no território, a especulação imobiliária, o aumento populacional e a necessidade de ampliação da rede de proteção social. Por fim, consideramos que a aproximação e o conhecimento da realidade são necessários para a pesquisa em Educação e em Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia da Educação. Território. Desigualdade Social.

Este texto apresenta resultados de um projeto de pesquisa vinculado a um núcleo de estudos, realizado do segundo semestre de 2022 até o primeiro semestre de 2024, concomitante a um projeto de formação de professores com as contribuições da psicologia educacional. O resumo expandido apresenta a pertinência de pesquisar o território nos trabalhos em educação e se debruça sobre a discussão do conceito de território, as formas de pesquisá-lo e os resultados da investigação realizada no território escolhido pelos/as pesquisadores/as do referido projeto integrado.

Os estudos a partir da perspectiva territorial se fazem necessários na Psicologia e na Educação, uma vez que as políticas públicas brasileiras, campos de atuação da Psicologia, são construídas e operacionalizadas de maneira territorializada, inclusive a educação. Além disso,

a inserção de Psicólogas/os na educação convoca as/os profissionais a conhecerem o território e, ainda mais, a “incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais” (Conselho Federal de Psicologia, 2022, p. 45), objetivando a articulação intersetorial, a promoção da proteção social e o enfrentamento à desigualdade social.

A partir dos diálogos com Milton Santos (2002), entendemos o território para além dos seus recursos naturais, também não o encerramos a partir de fronteiras geográficas, como uma porção de terra contornada por linhas mapeáveis. Compreendemos o território como usado, sendo “o chão mais a identidade [...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2002, p. 10). O território *mais* identidade é o sentimento de pertencer, é a identidade não como um dado, estática, mas como um dar-se constante, em movimento; é a identidade enquanto uma metamorfose, na qual o sujeito se transforma permanentemente na concretude de suas relações, o que inclui suas condições de vida e de trabalho (Ciampa, 2005).

Na Psicologia Comunitária, Freitas (1998) mapeia as formas de inserção das/os Psicólogas/os nas comunidades e territórios e aponta para “uma inserção que se dá na dependência da avaliação da população, comprometendo-se com a possibilidade de mudança social e construção de conhecimento na área” (p. 4). Isto quer dizer, um modo de trabalho que pressupõem a aproximação e o conhecimento com a realidade, a partir do compromisso com a transformação social.

No campo da educação, André (2012) discute a pesquisa tipo etnográfica na educação e a importância de ter contato direto com o contexto pesquisado e construir relações e acompanhar processos. André (2012) também explica que uma das dimensões estudadas para a compreensão do dinamismo da vida escolar é a sociopolítica/cultural, que “se refere ao contexto sociopolítico e cultural mais aos determinantes macroestruturais da prática educativa. Esse âmbito de análise inclui uma reflexão sobre o momento histórico, sobre as forças políticas e sociais e sobre as concepções e os valores presentes na sociedade” (p. 37). Esses aspectos coadunam com a pesquisa a partir da perspectiva territorial, uma vez que o território é constituído por elementos históricos e para compreendê-los faz-se necessário levar em consideração relações históricas, políticas, econômicas, culturais e sociais.

Sustentamos a premissa da inserção no território a partir da horizontalidade e, a partir disso, a construção coletiva do conhecimento, em interlocução também com as metodologias participativas, visando transformação social, que nos convoca à inserção do campo e construção dos objetivos de trabalho a partir das problemáticas territoriais (Cichoski, 2001). Dessa forma, buscamos aproximar a inserção do campo do conhecimento acerca do território, afinal, as políticas públicas do Brasil têm base territorializada, e nosso campo de pesquisa que é o território do bairro Itinga, em Araquari, e as relações existentes nele.

Nos inserimos em campo, buscamos publicações científicas que falassem sobre Araquari, procuramos registros históricos em documentos oficiais e não oficiais sobre a cidade e o bairro Itinga, ao mesmo tempo em que dialogamos com as pessoas de maneira formal (encontros de pesquisa) e informal, no cotidiano, em visitas, entrevistas, observações, encontros, buscando encontrar os fragmentos dessa história (Freitas, 1998; André, 2012).

Araquari é uma cidade situada no litoral Norte de Santa Catarina. A área total do município é de 383,9 km² e se caracterizou previamente como um território em trânsito, uma região no caminho entre municípios em construção. Inicialmente foi colonizada por imigrantes açorianos que ocuparam o litoral catarinense a partir de 1748. Araquari, nome Tupi-Guarani, significa rio de refúgio dos pássaros, adotado em 1943 a partir da lei n. 941 de 31 de dezembro de 1943. Atualmente Araquari é formada por áreas urbanas e rurais, conta com três demarcações de terras indígenas: Tarumã, Pindoty e Piraí, com um total de 7 aldeias, todas de povos Guaranis. Além disso, possui duas comunidades quilombolas: Areias pequenas e Itapocu e a presença do assentamento Justino Dranszewski, com 7 famílias e 51 hectares destinada à reforma agrária (Santa Catarina, *online*; Brasil, 2023; Nunes Jr., 2020).

Outra característica da cidade é o acelerado crescimento populacional. No Censo de 2010 Araquari possuía população de 24.810. Em 2018 já eram contabilizados 35.268 habitantes. Em 2022, o censo estipulou 45.283 habitantes, entretanto, a prefeitura municipal questionou o resultado e durante a pesquisa, as trabalhadoras das secretarias de assistência e saúde relataram que o número de munícipes chega a 50 mil. Em comparação com a realidade brasileira, Araquari está entre as 10 cidades que mais cresceram no país. Este crescimento pode estar relacionado com diversas questões socioeconômicas e produz efeitos sobre o território. Orjecoski (2019) afirma que a região nordeste de Santa Catarina, especialmente Joinville, é marcada pela industrialização, e pela “organização espacial alicerçada em infraestruturas necessárias ao setor fabril, como o sistema de transportes rodoviário (BR 101 e BR 280), ferroviário, portuário e aeroviário” (p. 341).

Nesse contexto, Araquari sofreu com “transbordamento urbano-industrial de Joinville”, especialmente por estar localizada às margens das BRs, próximo à Joinville e ao porto de São Francisco do Sul (Orjecoski, 2019, p. 340). Com a instalação de grandes indústrias em Araquari a partir de 2010, foi possível perceber a criação e ampliação de “loteamentos regulares ou clandestinos para a população de baixa renda” (p. 343) e o aumento nos fluxos migratórios, pessoas que vêm de outros estados do Brasil e de outros países em busca de emprego e renda.

Montando o quebra-cabeça relacionado às mudanças e problemáticas territoriais de Araquari, é possível perceber a conjunção de vários elementos: disponibilidade de áreas, implantação de indústrias nacionais e internacionais, aumento populacional, especulação imobiliária, imigração, e desigualdade social. De acordo com Beiler e Souza (2024, p. 108) “no campo imobiliário, houve a flexibilização das políticas de planejamento urbano, isto é, o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial de Araquari sofreu adequações em

função da empresa alemã [BMW] e de projetos imobiliários”.

Percebe-se então, uma aproximação do que acontece nacionalmente e em outras cidades que receberam empresas multinacionais: as forças econômicas nacionais com interesses compartilhados e coincidentes aos de grandes grupos internacionais. A especulação imobiliária é um dos exemplos dessa articulação, as empresas do ramo constroem uma narrativa mercadológica explorando a valorização dos espaços urbanos próximos às grandes indústrias, atraindo novos moradores. Em contrapartida, apesar do crescimento das oportunidades de emprego e renda e do aumento na arrecadação de impostos, a cidade permanece com os mesmo Índices de Vulnerabilidade Social, entre os piores resultados de Santa Catarina (Beiler e Souza, 2024).

É importante considerar que a industrialização, por vezes, estrutura-se “pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos” (Antunes, 2006, p. 17). Assim, mesmo com o aumento da empregabilidade, a relação capital-trabalho de superexploração favorece o lucro das grandes empresas, enquanto a condição dos trabalhadores torna-se cada vez mais precária.

Nesse sentido, a desigualdade social, suas consequências e expressões fazem parte dos interesses da pesquisa, especialmente pelo compromisso ético e político da ciência e da psicologia em produzir conhecimento em colaboração com a transformação social. Ao adentrarmos neste campo como pesquisadoras/es, nos deparamos com a ampliação da desigualdade social e do crescimento urbano sem planejamento, o que intensifica a vulnerabilidade, uma vez que a cidade não possui sistema de transporte público, o deslocamento entre os bairros acontece apenas de carro, bicicleta ou com os poucos ônibus que cortam a cidade pela rodovia. Além disso, o crescimento populacional produziu demandas para a educação, saúde, assistência social, cultura e segurança pública.

Quando questionadas acerca das problemáticas do território, o crescimento populacional aparece como um consenso entre as participantes da pesquisa. Uma trabalhadora da educação afirma: *“esse crescimento talvez irresponsável, até sem planejamento, não é? E aí, de um modo que a gente ficou com as escolas com intermediário até a semana passada”*. Uma outra participante, trabalhadora do CRAS pontua: *“Mas aqui nós temos um processo migratório e vem muita gente da região norte do país, além de venezuelanos e haitianos [...] Aí a escola e a oferta de emprego não é aquilo tudo que eles sonhavam”*.

A pesquisa elegeu como território de estudo o bairro Itinga em Araquari. É neste bairro em que percebemos uma intensificação das problemáticas relatadas, especialmente por fazer divisa diretamente com Joinville. Itinga é o maior bairro de Araquari, onde ficam localizados muitos loteamentos, indústrias e comércios. Referem-se ao Itinga como “segundo centro” pela quantidade também de serviços disponíveis. O governo municipal tem implementado ações buscando atender a população do bairro que cresce exponencialmente: uma nova unidade

básica e uma nova escola já foram entregues, o hospital da mulher está em construção.

Enquanto as políticas públicas territoriais não são amplamente implementadas no bairro Itinga, percebemos a intensa desigualdade social expressa neste território: dificuldade de acesso aos serviços de saúde, à educação, transporte público, cultura, emprego e renda. O bairro recebe novos moradores cotidianamente, migrantes e imigrantes de diferentes faixas etárias. Compreendemos que a aproximação e o conhecimento dessa realidade são necessárias para a pesquisa neste contexto, especialmente pela perspectiva das metodologias participativas, comprometidas com a transformação social. Além disso, consideramos a importância de integrar outros saberes “psis” ao estudo como, por exemplo, a Psicologia Comunitária, que também colabora para a compreensão do território, da desigualdade social e seus desdobramentos. O estudo no bairro Itinga amplia o conhecimento e evidencia a importância da pesquisa acerca do território dos trabalhos em Educação e em Psicologia.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BEILER, Ruhan Rodys; SOUZA, Angelita Matos. Dependência e Investimentos Estrangeiros: O Caso da BMW em Araquari (SC). **Revista Percursos**, v. 16, n. 1, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra/Sc. **Incra titula assentamento Justino Dranszevski (SC)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-titula-o-assentamento-justino-dranszevski-em-araquari-sc>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CICHOSKI, Pamela. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda**. Rio de Janeiro: Editora Consequências, 2021.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. ed. 1., 10 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935**. Brasília: CFP, 2022.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 1, 1998.

NUNES JR., Orivaldo. Povos Indígenas e plano diretor de Araquari, SC: presença Guarani na conservação da biodiversidade. **Revista Grifos**, v. 29, n. 48, 2020.

ORJECOSKI, Lis Graziela. Recente Expansão Industrial no Nordeste Catarinense: Município De Araquari. **Revista Geografar**, v. 14, n. 2, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria da Assistência Social, Mulher e Família. **Dados Quilombolas: Igualdade e proteção dos direitos da população negra**. Disponível em: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/direitos-humanos/gerencia-de-politicas-para-igualdade-racial-e-imigrantes-geiri/dados-2>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SANTOS, Milton (org). **Território Territórios**. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGEO. 2002.